

Como os Incentivos dos Governos Promovem o Desenvolvimento dos Territórios? Uma Revisão Sistemática e Bibliométrica da Literatura

How do Government Incentives Promote the Development of Territories? A Systematic and Bibliometric Literature Review

José Rafael

joseraphael@ipb.pt

Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia, Bragança, Portugal

Rui Silva

rui.silva@utad.pt

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal

Resumo

O estudo do uso de políticas de incentivos para promover o desenvolvimento das regiões tem demonstrado um apreciável crescimento, nomeadamente a partir de 2011, sendo amplamente estudado, quer na vertente de incentivos fiscais, quer não fiscais. Os objetivos deste estudo são: mapear a produção científica, identificar os estudos, respetivos autores e fontes, com contribuições mais relevantes, perceber quais são as principais áreas temáticas de investigação, bem como conduzir a linhas de investigação futura. Para o efeito, desenvolvemos uma análise sistemática e bibliométrica da literatura, composta por uma amostra final de 136 artigos, publicados entre 1995 e 2024. A análise bibliométrica realizada evidência a existência de quatro agrupamentos temáticos principais: (1) os objetivos dos governos e das empresas condicionam o resultado dos incentivos, (2) o impacto dos incentivos em zonas empresariais apresenta resultados inconclusivos, (3) o impacto dos incentivos é multidimensionalmente condicionado e (4) o impacto dos incentivos apresenta resultados limitados no desenvolvimento dos territórios.

O estudo dos incentivos como instrumento de política de desenvolvimento demonstra ser um campo de investigação consolidado, no entanto conseguimos identificar ainda áreas de estudo promissoras e de grande interesse público com contributo relevante para a diminuição das assimetrias regionais e desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: Incentivos Governamentais, Desenvolvimento dos Territórios, Revisão Sistemática e Bibliométrica

Códigos JEL: R11; R58; Z18

Abstract

Research on the use of incentive policies to encourage regions' development has shown considerable growth, particularly from 2011 onwards, and it has been widely studied, including both tax and non-tax incentives. The objectives of this study are the following: to map scientific publications, to

identify the most relevant studies, authors and sources that have contributed to the scientific area of knowledge in analysis, to understand what the main clusters of research are and to provide information for possible lines of future research. To do so, a bibliometric and systematic analysis of 136 articles published between 1995 and 2024 has been implemented. The bibliometric analysis reveals the existence of four clusters: (1) the results of incentives depend on the objectives of the governments and companies; (2) the results of incentives are inconclusive in enterprise zones; (3) the impact of incentives depends on multidimensional factors and (4) incentives have a limited impact on regional development.

The study of incentives as instruments of development policies is a substantial area of research. Still, other promising areas of study of significant public interest, with a relevant potential to help reduce regional inequalities and contribute to the socioeconomic development of territories, have been identified.

Keywords: Government incentives, Development of Territories, Systematic and Bibliometric Revision

JEL Code: R11; R58; Z18

1. INTRODUÇÃO

O uso de políticas de incentivos pelos governos é generalizado a todo o mundo e desde tempos remotos, a investigação de Solar (1995) debruçou-se sobre o papel da tributação da propriedade local, por altura da revolução industrial em Inglaterra, para manter o equilíbrio entre o desenvolvimento demográfico e o desenvolvimento económico local.

Entre as 136 publicações que constituem a base de dados do nosso estudo destacam-se seis revisões de literatura que apontavam como objetivo apresentar o conhecimento científico sobre a eficácia dos incentivos governamentais. Buss (2001) apresentou a relação entre os impostos e o crescimento económico, bem como a utilização de incentivos fiscais para influenciar a localização das empresas. Malgouyres e Py (2016) compararam os resultados da produção científica, relativa à implementação de zonas empresariais nos EUA e França, no que concerne ao desenvolvimento da atividade económica e melhoria do bem-estar das sociedades. Chaudhary e Potter (2019) apresentaram o conhecimento científico relativo aos resultados dos incentivos a zonas empresariais, comparando o Reino Unido, EUA e França, no mesmo ano, Layser (2019), estabeleceu como objetivo da sua revisão de literatura avaliar os limites e o potencial dos incentivos ao investimento de base local como instrumento de combate à pobreza. Mais recentemente, Barbosa (2024) apresentou o conhecimento sobre o impacto dos incentivos à agricultura sustentável no desenvolvimento rural.

As revisões da literatura enunciadas cingiram-se a aspetos limitados do papel dos incentivos: como fator de localização das empresas (Buss, 2001), decorrentes da implementação de zonas empresariais (Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019), como instrumento de combate à pobreza (Layser, 2019) e no desenvolvimento rural (Barbosa, 2024).

Para além das limitações apresentadas, acresce que a investigação das últimas três décadas (1995-2024) apresenta consistentemente no tempo resultados inconclusivos sobre o impacto dos incentivos governamentais na promoção do desenvolvimento dos territórios. Buss (2001) concluiu que os incentivos fiscais, do ponto de vista da eficiência da economia, nem são bons nem são maus. Malgouyres e Py (2016) concluíram que, nos EUA, a ineficiência das zonas empresariais estaduais contrastam com a eficiência das zonas empresariais federais que apresentam um impacto positivo em termos de emprego, salário e qualidade de vida. Em França os resultados sugerem um impacto positivo na localização de empresas e no emprego, o que ocorre, no entanto, à custa das regiões vizinhas. Chaudhary e Potter (2019) concluíram que não há consenso sobre se as zonas empresariais do Reino Unido, EUA e França são ou não eficazes na criação de emprego, salientando, porém, que mais de metade dos estudos referem benefícios locais para o emprego. Layser (2019) demonstrou que os objetivos de luta contra a pobreza podem ser alcançados mais eficazmente através de incentivos orientados para a comunidade. Barbosa (2024) concluiu que a falta de apoio

governamental pode ter efeitos negativos na sustentabilidade da agricultura e consequentemente nos territórios.

Face a esta falta de consenso, Liard-Muriente (2007) procurou apresentar, para os EUA e para a UE, algumas das razões que tornam os resultados da produção científica sobre a eficiência dos incentivos no desenvolvimento regional inconclusivos. Considera que essa inconclusividade se deve ao desenho das abordagens de investigação. O autor aponta razões concetuais: divergência na definição do conceito de "eficiência", bem como, razões estruturais: o modelo econométrico adotado apresenta um impacto significativo nos resultados observados.

Pese embora os resultados apresentados pelos investigadores, os incentivos continuam a representar um instrumento relevante nas opções da política de desenvolvimento dos governos. Considerando as limitações das revisões de literatura realizadas, bem como, a complexa interpretação dos resultados científicos, dada a diversidade de contextos territoriais e do desenho das investigações, parece-nos pertinente a realização de um estudo que vise atualizar o conhecimento científico e apresente numa perspetiva histórica, o impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Assim, propomos responder ao seguinte problema de investigação: Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios? Estabelecemos como objetivos de investigação: mapear a produção científica publicada, identificar os estudos, respetivos autores e fontes com contribuições mais relevantes, perceber quais são as principais áreas temáticas de investigação, bem como indicar linhas de investigação futura.

Para atingirmos os objetivos definidos adotamos uma metodologia de revisão sistemática e bibliométrica da literatura. Assim, o estudo apresenta no ponto 2, a metodologia da revisão sistemática e bibliométrica; no ponto 3, o desenvolvimento da revisão sistemática da literatura; no ponto 4, os resultados bibliométricos; no ponto 5, a discussão do impacto dos incentivos numa perspetiva territorial e metodológica e, por fim, no ponto 6, as conclusões, limitações e propostas de investigação futura.

2. METODOLOGIA

O estudo pretende identificar as contribuições mais relevantes da produção científica, sobre o papel dos incentivos como instrumento de política de desenvolvimento dos territórios, definindo as principais áreas temáticas e linhas de investigação futura. Para o efeito realizamos uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura.

O uso de revisões sistemáticas e bibliométricas de literatura pretende proporcionar uma visão abrangente e crítica da literatura existente.

A revisão da literatura torna-se necessária porque: (1) os estudos realizados apresentam resultados inconclusivos sobre a eficácia dos incentivos: no desenvolvimento (Buss, 2001; Liard-Muriente, 2007), aplicado às zonas empresariais (Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019), no combate à pobreza (Layser, 2019); (2) os métodos utilizados nos estudos realizados são diversos e com objetivos distintos, o que torna a análise crítica essencial para entender tendências gerais e identificar mudanças nas abordagens e nas prioridades políticas (Buss, 2001; Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019; Layser, 2019); (3) é indispensável uma perspetiva interdisciplinar que permita examinar os efeitos das políticas de incentivos em diferentes contextos (Layser, 2019); (4) é premente contextualizar diferenças regionais, a comparação entre territórios justifica-se pela diferença nos contextos socioeconómicos e nas abordagens de políticas de atribuição de incentivos (Liard-Muriente, 2007); (5) identifica limitações metodológicas (Buss, 2001; Liard-Muriente, 2007; Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019); (6) as revisões sistemáticas de literatura permitem identificar lacunas na literatura, apontando os incentivos "*place-based*" como uma categoria pouco explorada, especialmente no contexto da desigualdade espacial e das políticas de combate à pobreza, (Chaudhary e Potter, 2019; Layser, 2019) bem como propor melhores práticas para investigações futuras.

A bibliometria tem o potencial de introduzir um processo sistemático de revisão baseado na estatística, mais objetivo e fiável que outras abordagens, acresce o facto de o número de publicações estar a crescer de forma significativa, implicando assim na necessidade de ferramentas informáticas auxiliarem o investigador. Aria e Cuccurullo (2017) propõem o uso de uma ferramenta desenvolvida

em linguagem R, “Bibliometrix”, para auxiliar uma revisão sistemática de literatura, adicionalmente a ferramenta informática possibilita ao utilizador a realização de diversas análises, pelo uso da aplicação “Biblioshiny 4.1”. O estudo foi realizado com a mais recente versão “R-package”, que facilita uma análise bibliométrica mais completa e permite análises robustas e detalhadas de dados bibliométricos recolhidos de bases de dados científicas.

2.1. Recolha de dados

A recolha dos dados deve iniciar pela escolha da(s) base de dados e ser realizada de forma a incluir o conhecimento relevante produzido sobre a área em estudo. Aria e Cuccurullo (2017) referem que podem ser usadas diferentes bases de dados como a *Clarivate Analytics Web of Science (WoS)*, *Scopus*, *Google Scholar* e *Science Direct*, bem como outras bases de dados para estudos específicos. A nossa pesquisa ocorreu a 04 de janeiro de 2025, nas bases de dados *Scopus* e *WoS*, as mais comumente usadas pelos investigadores nas diferentes áreas científicas, aplicando os critérios de pesquisa apresentados no quadro 5.

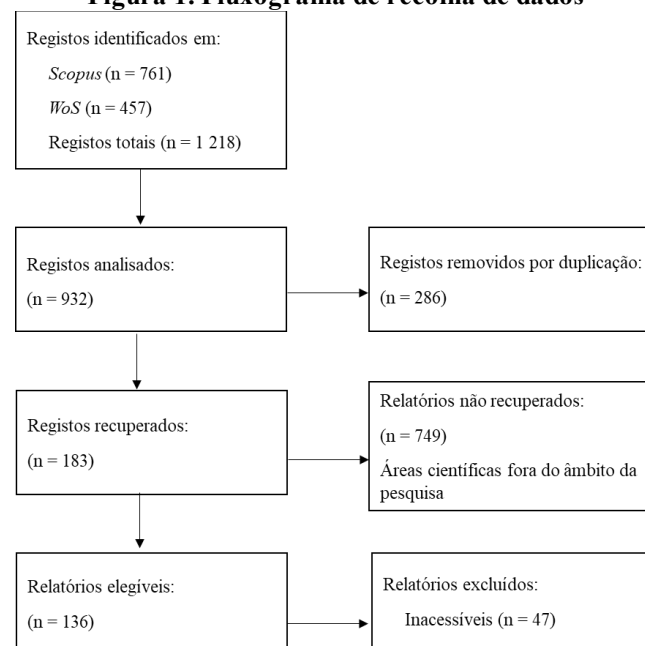
Quadro 5 - Critérios de pesquisa usados nas bases de dados *Scopus* e *WoS*.

Scopus (Article title, Abstract, Keywords)	Resultados	Web of Science Core Collection (topic)	Resultados
"tax* benefit*" OR "tax* incentive*" OR "negative tax*"	6 482	"tax* benefit*" or "tax* incentive*" or "negative tax*"	4 094
region* OR territor* OR rural OR local OR "low density"	1 208	region* or territor* or rural or local or "low density"	688
develop* OR growth	761	develop* or growth	457

Seguiu-se a conversão dos dados em ficheiros (2), para que possam ser utilizados como ferramenta bibliométrica. Para incrementar qualidade aos dados, os dois ficheiros foram submetidos a processamento na ferramenta informática “RStudio” com o propósito de eliminar estudos que estejam incluídos em ambas as bases de dados.

Apresentamos na Figura 1, o protocolo de investigação usado, baseado em Moher et al. (2009), PRISMA 2020 *flow diagram*:

Figura 1. Fluxograma de recolha de dados



Fonte: Elaboração própria, adaptada de Moher et al. (2009).

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

3. QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

3.1 Definição de incentivos dos governos

A literatura é consensual ao considerar os incentivos como um instrumento da política de desenvolvimento, sendo clara a divisão conceitual em incentivos fiscais e não fiscais.

Apresentamos no quadro 1 destaque das definições dos artigos mais citados da amostra.

Quadro 1 - Abordagem conceitual dos estudos mais citados da amostra.

Autor	O que são?	Incentivos Quais são?	Para quê?
Buss (2001)	apoios diretos e indiretos para empresas	isenções de imposto sobre propriedade, empréstimos a juros baixos, terrenos gratuitos, infraestrutura e formação	fator decisivo na localização das empresas para proporcionar crescimento económico
Bondonio e Greenbaum (2007)	mecanismos de estímulo económico geograficamente direcionados	benefícios fiscais, subsídios e outros apoios dirigidos a agentes em áreas específicas	promoção do crescimento económico local, criação de emprego, atração e retenção de atividades económicas
Bondonio e Engberg (2000)	política de desenvolvimento económico direcionada espacialmente	benefícios fiscais e outros apoios	estimular a realocação de empresas para áreas deprimidas ou evitar a sua saída
Zheng e Warner (2010)	estratégias de desenvolvimento económico	benefícios fiscais, subsídios e outros apoios	estimular o crescimento económico local através da atração ou retenção de estabelecimentos
Hanson e Rohlin (2011)	instrumento para atrair novos estabelecimentos empresariais	créditos e isenções fiscais ao investimento	estimular a criação de emprego, investigação e desenvolvimento e reabilitação urbana

A generalidade dos autores considera que incentivos são benefícios fiscais, apoios financeiros e não financeiros (Wohlgemuth e Kilkenny, 1998; Ivonchik, 2022), instrumentos de política económica dos governos (Liard-Muriente, 2007; Prillaman e Meier, 2014).

Entre os incentivos fiscais destacam-se as isenções, reduções, créditos, deduções e abatimentos tributários (Lynch, Fishgold e Blackwood, 1996; Bollinger e Ihlanfeldt, 2003). Entre os incentivos financeiros destacam-se os apoios diretos: atribuição de subsídios (Spelman, 2006; Chaurey, 2017) e apoios indiretos: investimento público em infraestruturas e disponibilização de serviços públicos (Beck, 2001; Shenoy, 2018), alguns mecanismos específicos como os direitos aduaneiros e alterações regulatórias (Chaudhary e Potter, 2019; Barbosa, 2024).

A generalidade dos autores considera que os governos visam: atrair a localização de empresas para os seus territórios (Malgouyres e Py, 2016; Deslatte e Stokan, 2020), estimular a criação de emprego (Billings, 2009; Esquerdo e Giuberti, 2019), promover o investimento direto estrangeiro (Potter e Moore, 2000; Amankwaah, Mensah e Baidoo, 2022), objetivos específicos adicionais, como a inovação e investigação e desenvolvimento (Hanson e Rohlin, 2011), a sustentabilidade ambiental e ou social (Shenoy, 2018; Garg e Shenoy, 2021), o combate à pobreza e apoio a pequenas empresas e comunidades (Layser, 2019; Warner e Zheng, 2013), objetivos mais ambiciosos, como a redução das desigualdades ou a revitalização dos territórios (Givord, Quantin e Trevien, 2018; Ku, Schönberg e Schreiner, 2020).

3.2 Incentivos fiscais, não fiscais e mistos

3.2.1 Incentivos geograficamente direcionados

Considerando as diversas modalidades de incentivos, alguns estudos abordaram os incentivos denominados de “*place-based*”, nomeadamente a instituição de zonas empresariais.

O principal objetivo identificado na literatura foi o de demonstrar **o impacto dos incentivos “*place-based*” no emprego e crescimento económico dos territórios alvo.**

A metodologia de análise econométrica, foi a opção generalizada dos autores, bem como o território alvo, a centrar as atenções nos EUA.

Sridhar (1996) realizou uma análise custo-benefício, concluindo que os benefícios sobre o emprego são maiores que os custos dos incentivos, demonstrando que o desenvolvimento económico

provocado não é um jogo de soma zero. Bondonio e Engberg (2000) conceberam um modelo de taxa de crescimento aleatório, seguida de uma ampla variedade de análises de sensibilidade. O estudo não demonstrou um impacto significativo no emprego local. Bollinger e Ihlanfeldt (2003) a partir de dados em painel, concluíram que os incentivos, aumentam o emprego, porém outros fatores como a criminalidade, condicionam o seu efeito.

Bondonio e Greenbaum (2007) compararam um território que instituiu uma ZE com os de um grupo de controlo de locais semelhantes, mas que não receberam uma ZE. Concluíram que o impacto é nulo no crescimento económico local, os aumentos induzidos são compensados por perdas entre as empresas que fecham ou deixam a ZE. Hanson e Rohlin (2011) conceberam uma metodologia de diferenciação, para construir um cenário contrafactual do que teria acontecido na ausência do programa. O estudo conclui por um efeito positivo na atração de novos estabelecimentos, porém, ignora o efeito da simples transferência do estabelecimento da cidade circundante para a ZE.

O estudo de Beck (2001) indica que ocorreu crescimento do número de empresas e de postos de trabalho, porém os dados recolhidos, a partir de inquéritos, sugerem a percepção de que a atenção aos serviços e à qualidade de vida, superam a eficácia da oferta de incentivos.

Dewar (2013) realizou entrevistas, numa abordagem qualitativa-explicativa, demonstrando que os incentivos não alteraram o comportamento dos empregadores e tiveram pouco impacto para os residentes das áreas desfavorecidas.

Tendo como alvo outros territórios e com base em análise econométrica, abordagem “*difference-in-differences*”, Givord, Quantin, e Trevien (2018) aplicaram o estudo a França tendo concluído por um forte impacto positivo na atividade económica a curto prazo, porém, a longo prazo, não consegue impulsionar um desenvolvimento económico autossustentado, por sua vez, Baghdasaryan e Sarikyan (2024) a partir de dados em painel, para a Arménia, consideram ter existido um efeito negativo inicial das isenções fiscais no rendimento declarado pelas empresas, presumivelmente devido à omissão de rendimentos, uma vez que se verificou um efeito positivo sobre o emprego.

Liu, Tai e Yang (2019) demonstraram que o efeito dos incentivos na atração de novas empresas, na China, é relativamente maior em zonas com uma base industrial forte ou ambiente de mercado favorável, a deslocação para os municípios próximos da fronteira da política é reduzida. Ku, Schönberg e Schreiner (2020) recolheram evidências que indicam que os incentivos fiscais sobre os salários, baseados na localização, podem ser eficazes para estimular o emprego nas regiões remotas da Noruega. Cizkowicz et al. (2021) concluíram que na Polónia os incentivos não apresentam um efeito relevante no sucesso das zonas económicas, os investidores valorizam mais a previsibilidade dos incentivos do que a sua generosidade. Amankwaah, Mensah e Baidoo (2022) demonstraram para o Gana que existe um efeito positivo dos incentivos na criação de emprego e no desenvolvimento rural a longo prazo.

Outro grupo de estudos pretendeu avaliar o **impacto dos incentivos na atração e manutenção do investimento direto estrangeiro**. Potter e Moore (2000) adotaram a metodologia de análise estatística a inquéritos realizados por entrevista, concluindo que no Reino Unido a instituição de zonas empresariais foi um importante motor de regeneração económica local em áreas mais vulneráveis. Amankwaah, Mensah e Baidoo (2022) concluíram para o Gana que não existe uma correlação entre os incentivos fiscais à localização e a distribuição regional do investimento direto estrangeiro.

O **efeito dos incentivos na redução das desigualdades regionais e sobre impactos sociais e ambientais específicos**, foi também um desiderato dos investigadores.

Para a Índia, Sridhar (2006) estabelecendo correlações e regressões estatísticas, concluiu que o principal fator que afeta o potencial de crescimento da ZE são as alterações demográficas e, que os incentivos apresentam o efeito de acentuar as disparidades regionais, por sua vez, o estudo de Chaurey (2017) apresenta um aumento do emprego e empresas, sem evidências de deslocalização, contribuindo para a correção das disparidades económicas regionais.

Shenoy (2018) utilizou uma abordagem “*difference-in-differences*” aplicada a dados em painel, concluindo que o programa de incentivos foi eficaz na redução da desigualdade regional, é menos claro se o programa trouxe benefícios líquidos para o país (Índia), por sua vez, Garg e Shenoy (2021) adotaram a abordagem “*regression discontinuity, difference-in-discontinuities*” concluindo que apesar da expansão maciça da atividade económica, não recolheram evidências de repercussões através da fronteira da política de incentivos.

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

Metodologias quantitativas tendem a apresentar impactos positivos, porém quando aplicadas metodologias econométricas avançadas demonstram resultados mais críticos, uma vez que mitigam o risco de endogeneidade, isolando dos restantes fatores, o impacto do incentivo sobre o território. Metodologias qualitativas demonstram a percepção de que outros fatores são tão ou mais relevantes que os incentivos.

Entre as principais limitações dos estudos está o facto de estes analisarem apenas incentivos a ZE's, pelo que os resultados não são diretamente transferíveis para outros incentivos locais ou nacionais. De destacar ainda problemas de endogeneidade quer por omissão de variáveis não observadas, quer espaciais, possível transferência de empresas de áreas próximas para a ZE, o que significa que o impacto observado pode não ser criação líquida de atividade.

Apresentamos no quadro 2 a súmula dos principais contributos.

Quadro 2 - Resumo das abordagens metodológica dos estudos, na tipologia “place-based”

Autor	Território	Abordagem metodológica	Principais resultados do impacto dos incentivos	Principais limitações dos estudos
Sridhar (1996)	EUA	análise custo-benefício; modelos econométricos	benefícios sobre o emprego são maiores que os custos dos incentivos	âmbito territorial restrito limita a generalização dos resultados para outros estados ou países
Bondonio e Engberg (2000)	EUA	modelos econométricos	não apresentam um impacto significativo no emprego local	risco de endogeneidade: seleção não aleatória; omissão de variáveis e <i>spillovers</i> internos, o emprego pode deslocar-se de áreas próximas, sem criação líquida
Beck (2001)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	ocorreu crescimento do número de empresas e de postos de trabalho	indicadores avaliados limitados: crescimento de empresas e empregos; risco de endogeneidade: zonas com maior potencial podem crescer mais independentemente dos incentivos
Bollinger e Ihlanfeldt (2003)	EUA	modelos econométricos	aumentam o emprego	risco de endogeneidade: as políticas de incentivos podem ter sido aplicadas em áreas onde já se esperava crescimento futuro
Bondonio e Greenbaum (2007)	EUA	modelos econométricos	impacto é nulo no crescimento económico local	indicadores avaliados limitados: indicadores económicos, não mostram, por si só, efeitos sociais locais, como redução da pobreza ou benefício direto para residentes
Hanson e Rohlín (2011)	EUA	modelos econométricos	efeito positivo na atração de novos estabelecimentos	dependência de variáveis instrumentais aumenta riscos de endogeneidade; as empresas podem ter-se deslocado de outras áreas da mesma cidade, não representando crescimento líquido
Dewar (2013)	EUA	entrevistas	os incentivos, por si só, não são suficientes para gerar emprego local	possível viés nas respostas dos empregadores, as conclusões dependem de declarações dos próprios empregadores
Potter e Moore (2000)	Reino Unido	inquéritos e entrevista	importante motor de regeneração económica local em áreas mais vulneráveis	viés de resposta: a análise depende de respostas de empresas; o estudo não usa um contrafactual robusto fora das zonas; as empresas podem deslocar-se de áreas próximas, sem criação líquida
Givord, Quantin, e Trevien (2018)	França	“ <i>difference-in-differences</i> ”	não consegue impulsionar um desenvolvimento económico auto-sustentado	risco de endogeneidade por omissão: fatores não observados; possível deslocação de empresas de áreas próximas, pode não existir criação líquida
Ku, Schönborg e Schreiner (2020)	Noruega	modelos econométricos	eficazes para estimular o emprego nas regiões remotas	contexto institucional: sistema laboral norueguês, pelo que os resultados podem não ser transferíveis para outros países
Cizkowicz et al. (2021)	Polónia	modelos econométricos	fraca relevância dos incentivos para o sucesso da zona económica	risco de endogeneidade: curta dimensão temporal, limitações na medição das variáveis e problemas de dependência espacial
Sridhar (2006)	Índia	modelos econométricos	acentua as disparidades regionais	contexto territorial com fortes assimetrias regionais, limita a generalização para outros países; risco de endogeneidade: o estatuto ZE pode ser simultaneamente causa e consequência das condições económicas locais
Chaurey (2017)	Índia	modelos econométricos	correção das disparidades económicas regionais	o estudo não permite saber se os ganhos se mantêm após o fim dos incentivos
Shenoy (2018)	Índia	“ <i>difference-in-differences</i> ; “ <i>difference-in-discontinuities</i> ”	eficaz na redução da desigualdade regional	a estratégia de descontinuidade espacial estima sobretudo impactos junto à fronteira da política, os resultados mostram desenvolvimento local, mas não provam ganhos líquidos para a Índia como um todo
Garg e Shenoy (2021)	Índia	“ <i>regression discontinuity</i> , “ <i>difference-in-discontinuities</i> ”	não recolheram evidências de repercussões através da fronteira da política de incentivo	o estudo não permite saber se os ganhos se mantêm após o fim dos incentivos
Liu, Tai e Yang (2019)	China	modelos econométricos	contribui para a atração de novas empresas	a estratégia de descontinuidade espacial estima sobretudo impactos próximos da fronteira da política
Baghdasaryan e Sarikyan (2024)	Arménia	“ <i>difference-in-differences</i> ”	efeito positivo sobre o emprego	contexto territorial: os resultados dependem do sistema fiscal e podem não ser transferíveis para outros países, fatores políticos-institucionais não totalmente observados
Amankwaah, Mensah e Baidoo (2022)	Gana	modelos econométricos	efeito positivo na criação de emprego e no desenvolvimento rural	contexto territorial marcado por conflitos militares; grupos de tratamento e de controlo pouco equivalentes; risco de possível subdeclaração de rendimentos pelas empresas
				risco de variáveis omitidas: infraestruturas, estabilidade política, capital humano e acesso a mercados podem influir mais do que os incentivos na localização do IDE

3.2.2 Incentivos fiscais de aplicação geral

Os incentivos de natureza meramente fiscal foram amplamente estudados pela comunidade científica na tentativa de avaliar a sua eficácia no desenvolvimento.

Um dos principais objetivos de investigação recaiu sobre a análise do **impacto dos incentivos no emprego, nas empresas e no crescimento económico**.

Analisando o território dos EUA, Luger e Bae (2005) efetuaram simulações baseadas em “*user cost of factors approach*” utilizando dois conceitos económicos: o custo para o utilizador e o nível desejado de um fator, concluindo que apesar de o emprego crescer, os incentivos não influenciam significativamente as decisões das empresas em matéria de investimento e emprego.

Baseados em modelos econométricos, Reese e Sands (2006) pretenderam testar se os padrões de utilização das reduções fiscais são equitativos. As correlações estatísticas, demonstraram que o incentivo fiscal apresenta um impacto reduzido na decisão de localização das empresas, e representa um custo elevado de perda de receitas fiscais, por sua vez, Prillaman e Meier (2014) a partir de dados em painel, concluíram que, reduções dos impostos estatais sobre as empresas têm pouco ou nenhum impacto positivo no produto estatal bruto, na criação de emprego, nos estabelecimentos comerciais, no rendimento pessoal e nas taxas de pobreza.

Tendo como território alvo o Brasil, Da Silva et al. (2020) sugerem que as políticas não estão a contribuir para o aumento do emprego e rendimento e não existem evidências de um benefício equitativo para todos os agentes, por sua vez, Costa et al. (2024) concluíram, que a redução da tributação, apresenta impacto positivo relevante no aumento do emprego, porém esse impacto é variável numa análise setorial.

Amendola et al. (2023) estabeleceu correlações estatísticas sobre dados em painel, demonstrando que os incentivos apresentam um efeito positivo no crescimento e na maioria dos indicadores de desempenho das empresas, pese embora, existam diferenças significativas a nível regional e nacional na República Dominicana, por sua vez, Chung e Yoon (2023) concluíram que o incentivo à regeneração urbana, na Coreia do Sul, contribuiu positivamente para o PIB regional.

Zhao et al. (2024) recorreram a regressões estatísticas, concluindo, para a China, que os incentivos aumentaram significativamente a produtividade das empresas, porém não contribuíram para a melhoria da eficiência regional na afetação dos recursos.

A literatura demonstrou igualmente interesse na **análise do impacto dos incentivos sobre a dinâmica setorial e territorial**.

Considerando os territórios dos EUA, Joshi et al. (2000) avaliaram o impacto da redução nos impostos sobre a propriedade, na educação pública, a partir das perspetivas das principais lideranças locais. Efetuaram a triangulação entre inquéritos por correio, entrevistas e dados secundários. Os resultados demonstram que reduções de impostos, afetam negativamente o financiamento da educação pública local, por sua vez, DiTommaso e Greenbaum (2021) aplicaram regressões estatísticas para demonstrar que os impactos dos incentivos apontam para um pequeno grau de mudança na diversidade das bases económicas ao longo do tempo, sendo raros os movimentos líquidos substanciais.

Optando por uma abordagem “*difference-in-differences*”, Tao, Gong e Zhu (2023) concluíram, para a China, que os incentivos fiscais influenciam significativamente a carga tributária dos condados adjacentes à fronteira da política, não apresentando impactos significativos nos condados distantes.

Metodologias quantitativas mostram impactos positivos de curto prazo, porém, ao serem complementadas por análises de custos, revelam fragilidades estruturais. Metodologias qualitativas tendem a evidenciar perceções de impactos sociais e redistributivos negativos. Abordagens híbridas e de modelação dinâmica sublinham que os incentivos só são eficazes quando bem direcionados e acompanhados por boa governação e políticas de coesão.

Entre as principais limitações dos estudos destacam-se os riscos de endogeneidade por não permitir concluir da causalidade entre incentivos e crescimento económico, a generalidade dos estudos não inclui informação suficiente para isolar outros fatores que podem explicar esse crescimento, pelo que os resultados devem ser lidos como associação robusta. De realçar ainda o contexto territorial que dificulta a generalização das análises.

Apresentamos no quadro 3 a súmula dos principais contributos.

Quadro 3 - Resumo das abordagens metodológica dos estudos, na tipologia de incentivos fiscais de aplicação geral.

Autor	Território	Abordagem metodológica	Principais resultados do impacto dos incentivos	Principais limitações dos estudos
Joshi et al. (2000)	EUA	inquéritos e entrevistas	reduções de impostos, afetam negativamente o financiamento da educação pública local	possível viés dos entrevistados; não é aplicado modelo econométrico para isolar o efeito dos incentivos
Luger e Bae (2005)	EUA	simulação: “ <i>user cost of factors approach</i> ”	não influenciam significativamente as decisões das empresas em matéria de investimento e emprego	ausência de contrafactual empírico: o efeito induzido não é comparado com um grupo de controlo, não se garante que as diferenças estimadas resultem exclusivamente dos incentivos
Reese e Sands (2006)	EUA	modelos econométricos	impacto reduzido na decisão de localização das empresas e representa um custo elevado de perda de receitas fiscais	falta de variáveis de controlo para isolar outros fatores que podem explicar a saúde económica local; os municípios podem conceder mais incentivos, em vez de crescerem por causa deles
Prillaman e Meier (2014)	EUA	modelos econométricos	pouco ou nenhum impacto positivo no produto estatal bruto, na criação de emprego, nos estabelecimentos comerciais, no rendimento pessoal e nas taxas de pobreza	analisa carga fiscal, não programas concretos de incentivo territorial
DiTommaso e Greenbaum (2021)	EUA	modelos econométricos	pequeno grau de mudança na diversidade das bases económicas ao longo do tempo, sendo raros os movimentos líquidos substanciais	risco de endogeneidade: o estudo explora as associações entre incentivos e diversificação económica, mas não permite afirmar causalmente que os incentivos produziram diversificação
Da Silva et al. (2020)	Brasil	modelos econométricos	não estão a contribuir para o aumento do emprego e rendimento e não existem evidências de um benefício equitativo para todos os agentes	analisa os municípios limítrofes entre Estados limitando a generalização para todos os municípios
Costa et al. (2024)	Brasil	modelos econométricos	impacto positivo relevante no aumento do emprego, porém esse impacto é variável numa análise setorial	risco de endogeneidade: seleção não aleatória de empresas, as empresas tratadas podem já ter maior capacidade de crescimento
Amendola et al. (2023)	República Dominicana	modelos econométricos	efeito positivo no crescimento e na maioria dos indicadores de desempenho das empresas, diferenças significativas a nível regional e nacional	risco de endogeneidade: as empresas que recebem incentivos fiscais podem já ter melhores condições de crescimento; resultados territoriais heterogêneos limita uma conclusão para o país
Tao, Gong e Zhu (2023)	China	“ <i>difference-in-differences</i> ”	influenciam significativamente a carga tributária dos condados adjacentes à fronteira da política, não apresentando impactos significativo nos condados distantes	o programa analisado incluiu outros incentivos além do imposto sobre rendimento das empresas, não conseguindo isolar totalmente o efeito fiscal
Zhao et al. (2024)	China	modelos econométricos	aumentaram significativamente a produtividade das empresas, não contribuíram para a melhoria da eficiência regional na afetação dos recursos	os incentivos podem impedir a saída de empresas pouco eficientes e favorecer empresas estatais ou monopolistas
Chung e Yoon (2023)	Coreia do Sul	modelos econométricos	contribuiu positivamente para o PIB regional	risco de endogeneidade: os incentivos podem ter sido atribuídos a áreas já com maior potencial de regeneração ou maior dinamismo económico

3.2.3 Combinação de incentivos fiscais e não fiscais

Outras estratégias combinam incentivos fiscais, e não fiscais. A pertinência da assertividade na tomada de decisão da atribuição dos incentivos é unanime nos diversos estudos analisados, destacando-se neste âmbito, Hefner, Crotts e Flowers (2001) que propuseram um modelo de análise custo-benefício, bem como Brady, Jones e Watson (2018) que sugerem uma análise de custo de oportunidade, prévia à decisão sobre a concessão de incentivos.

Atendendo aos objetivos de investigação, verificamos que a literatura pretendeu **analisar a utilização de incentivos pelos governos dos EUA**.

Lynch, Fishgold e Blackwood (1996) concluíram que os benefícios que advêm da utilização de agências de desenvolvimento na gestão dos incentivos, são limitados, considerando que os custos de receitas fiscais perdidas são substanciais, face à ineficácia dos incentivos específicos a empresas na promoção do desenvolvimento económico. Wohlgemuth e Kilkenny (1998) desenvolveram um modelo de equações, demonstrando a importância de os governos considerarem os custos da ameaça de as empresas procederem à deslocalização das suas atividades após receberem o incentivo.

A partir de inquéritos sobre as práticas de desenvolvimento económico dos governos locais, Zheng e Warner (2010) efetuaram a modelação de regressão dos fatores para explicar as diferenças na utilização de incentivos empresariais, concluindo que o crescimento económico está negativamente associado ao nível de utilização de incentivos empresariais. Por sua vez, o estudo de Warner e Zheng (2013) recorreu à análise fatorial, com aplicação do método de Bartlett, para criar pontuações de fatores imparciais para uso como variáveis dependentes na regressão subsequente. O estudo concluiu que os governos que se baseiam nos incentivos às empresas enfrentam mais concorrência e menos receitas, do que os governos que utilizam mais incentivos centrados no

trabalho e no alargamento do investimento no desenvolvimento comunitário a áreas que visam a melhoria da qualidade de vida.

Deslatte e Stokan (2020) efetuaram correlações a dados recolhidos por inquéritos, para concluir que os governos locais que optam por estratégias de desenvolvimento com dependência de incentivos prejudicam objetivos mais amplos de sustentabilidade, por sua vez, Kang (2022) estabeleceu regressões logísticas para concluir que os municípios que cooperam têm mais probabilidades de reduzir as ameaças dos promotores privados na tentativa de pressionar os governos locais a competir pelos seus projetos, por fim, Larnell (2018) demonstrou que as redes de governança, apresentam uma influência limitada na definição das políticas de incentivos, porém essa influência pode tornar-se relevante em contexto de crise.

Spelman (2006) realizou regressões para estimar a fronteira eficiente entre crescimento e estabilidade, demonstrando que as economias locais se comportam de forma semelhante às carteiras de investimento, por sua vez, Reese (2014) estabeleceu correlações para identificar que incentivos estão relacionadas com a saúde económica dos governos locais, passando depois a modelos de regressão para avaliar os seus efeitos, tendo identificado como fatores mais consistentes e positivamente relacionados, as despesas em serviços públicos locais básicos e a não utilização de quaisquer incentivos.

De Barbieri (2019) numa abordagem jurídico-normativa, analisou o processo de atribuição de incentivos, considerando que as empresas recebem incentivos com base no montante mais baixo necessário para criar ou manter um posto de trabalho, devendo proceder ao seu reembolso em caso de incumprimento.

Outro grupo de autores pretendeu **avaliar a eficácia orçamental e redistributiva da concessão de incentivos pelos governos**.

Greenbaum, Russell e Petras (2010) realizaram análise econométrica, concluindo, que no Estado de Ohio nos EUA, as zonas rurais recebem uma parte desproporcionada de incentivos, apesar de as zonas urbanas apresentarem, em média, maiores níveis de pobreza e desemprego e por setores a indústria transformadora recebe incentivos, acompanhando o peso do setor.

Analisando a Sérvia, Aničić, Jelić e Đurović (2016) concluíram que um maior grau de eficiência dos incentivos é alcançado se as medidas de política orçamental estiverem em correlação com as políticas económicas e estruturais.

Os **impactos setoriais e específicos de políticas de incentivos**, foi outro dos objetivos identificados.

Tendo como território de análise os EUA, Jensen (2017) aplicou a técnica estatística de *"propensity score matching"* a dados recolhidos por inquéritos, para concluir que os programas de incentivos não têm impacto discernível na expansão das empresas e na sua decisão de realocização.

Aplicando modelos econométricos, Drucker, Kim e Weber (2019), demonstraram poucas associações substanciais entre incentivos e alterações globais no emprego, e uma relação ligeiramente mais forte com o crescimento das empresas existentes, por sua vez, Ivonchyk (2022) demonstrou que nenhum incentivo está significativamente correlacionado com a criação de emprego ou com os salários, apenas a emissão de *"industrial development bonds"* está significativamente correlacionado com o número de empresas.

Fora dos EUA, Garsous et al. (2017) aplicaram uma abordagem de *"difference-in-differences"*, concluindo que o emprego municipal no sector do turismo no Brasil, foi mais elevado do que na ausência da intervenção, não existem evidências de efeitos de deslocação de municípios vizinhos onde a política de incentivos não foi aplicada.

Laajimi (2024) realizou análise multifatorial a dados obtidos por inquéritos a empresas manufatureiras, na Tunísia, os resultados confirmam o papel significativo dos incentivos nas decisões de localização de empresas industriais.

Metodologias quantitativas tendem a apresentar resultados mais otimistas, porém condicionados por fatores estruturais e de coesão. Metodologias qualitativas revelam perceções associadas ao uso de incentivos sem que estes sejam garantia de desenvolvimento.

O risco de endogeneidade é a principal limitação identificada, os territórios ou empresas que recebem incentivos não são escolhidos aleatoriamente, em regra revelam maior fragilidade económica. Mesmo nos estudos que adotaram abordagens mitigando esse risco subsistem variáveis omitidas, causalidade inversa e políticas simultâneas não observadas, não conseguindo isolar totalmente o efeito dos incentivos sobre o desenvolvimento. Destaca-se a reduzida possibilidade de

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

generalização, atendendo ao âmbito territorial restrito dos estudos, bem como, o risco de viés de resposta e percepção nos estudos que recolheram dados provenientes de inquéritos.

Apresentamos no quadro 4 a súmula dos principais contributos.

Quadro 4 - Resumo das abordagens metodológica dos estudos, na tipologia de combinação de incentivos fiscais e não fiscais.

Autor	Território	Abordagem metodológica	Principais resultados do impacto dos incentivos	Principais limitações dos estudos
Lynch, Fishgold e Blackwood (1996)	EUA	análise de custos	os custos de receitas fiscais perdidas são substanciais, face à ineficácia dos incentivos a empresas	modelo essencialmente associativo; depende das respostas dos responsáveis municipais, com possível viés de resposta
Wohlgemuth e Kilkenny (1998)	EUA	modelo de equações	os governos devem considerar os custos da ameaça de as empresas procederem à deslocalização das suas atividades após receberem o incentivo	informação assimétrica entre empresa e governo; ameaças de realocização potencialmente falsas; decisão do governo influenciada pela própria ameaça da empresa
Spelman (2006)	EUA	investment portfolio theory	a política de incentivos deve considerar se a empresa atraída torna a economia local mais diversificada e menos vulnerável	assume que economias locais se comportam como carteiras de investimento o que simplifica a complexidade territorial
Greenbaum, Russell e Petras (2010)	EUA	modelos econométricos	não parecem cumprir de forma consistente uma lógica de apoio aos territórios em maior fragilidade económica	risco de endogeneidade: incentivos concedidos antes podem ter melhorado as condições económicas observadas depois
Zheng e Warner (2010)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	o crescimento económico está negativamente associado ao nível de utilização de incentivos empresariais	risco de endogeneidade: possível causalidade circular entre maior uso de incentivos e piores condições económicas
Warner e Zheng (2013)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	os governos que se baseiam nos incentivos às empresas enfrentam mais concorrência e menos receitas	risco de endogeneidade: menor receita fiscal pode levar a mais incentivos, mas os incentivos também podem reduzir a receita
Reese (2014)	EUA	modelos econométricos	os fatores mais consistentes e positivamente relacionados, com a saúde económica dos governos locais, são as despesas em serviços públicos locais básicos e a não utilização de quaisquer incentivos	risco de endogeneidade: não existe um evento adequado para funcionar como variável instrumental, entre saúde económica local e aplicação das políticas de incentivos; contexto territorial limita generalizações
Jensen (2017)	EUA	inquéritos “propensity score matching”	os incentivos não têm impacto discernível na expansão das empresas e na sua decisão de realocização	risco de endogeneidade: empresas que já planeavam expandir-se podem ter maior probabilidade de pedir incentivos, enviesando a inferência causal
Larnell (2018)	EUA	modelos econométricos	as redes de governança não desempenham um papel importante na atribuição de incentivos	a classificação das redes depende de análise de <i>clusters</i> , podendo variar com outros critérios de agrupamento
De Barbieri (2019)	EUA	descritiva: jurídico-normativo	as empresas devem receber incentivos com base no montante mais baixo de subsídio necessário para criar ou manter um posto de trabalho	amostra não sistemática: são usados casos relevantes; assimetria de informação
Drucker, Kim e Weber (2019)	EUA	modelos econométricos	são poucas as associações substanciais entre incentivos e alterações globais no emprego; relação ligeiramente mais forte com o crescimento das empresas existentes	não se sabe quando o impacto do incentivo começou, terminou ou mudou de intensidade, limitando inferências causais
Deslatte e Stokan (2020)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	os governos locais que optam por estratégias de desenvolvimento baseadas em incentivos, apresentam efeito negativo sobre os objetivos de sustentabilidade	ausência de dados longitudinais robustos para captar melhor a mudança e o desempenho estratégico
Ivonych (2022)	EUA	modelos econométricos	apenas os <i>industrial development bonds</i> aparecem associados positivamente ao número de empresas os municípios que cooperam têm mais	âmbito geográfico restrito; os resultados variam entre condados rurais e urbanos o que limita conclusões gerais
Kang (2022)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	probabilidades de reduzir as ameaças dos promotores privados	risco de viés de resposta: dados obtidos por inquérito; usa variáveis dicotómicas o que reduz a complexidade real dos municípios
Aničić, Jelić e Đurović (2016)	Sérvia	descritiva	um maior grau de eficiência dos incentivos é alcançado se as medidas de política orçamental estiverem em correlação com as políticas económicas e estruturais	problema concetual: municípios mais frágeis podem recorrer mais a incentivos, enquanto municípios mais fortes podem atrair investimento por fatores não fiscais, tornando mais complexo estabelecer a causalidade
Garsous et al. (2017)	Brasil	“difference-in-differences”	o emprego foi mais elevado do que na ausência da intervenção, não existem evidências de efeitos de deslocação de municípios vizinhos onde a política de incentivos não foi aplicada	contexto territorial e setorial: possibilidade de generalização limitada; dificuldade em isolar totalmente o efeito fiscal: o programa não ocorreu isoladamente, outros setores já recebiam apoios fiscais
Laajimi (2024)	Tunísia	inquéritos; análise multifatorial	os incentivos desempenham um papel significativo nas decisões de localização de empresas industriais	risco de endogeneidade por seleção territorial não aleatória e omissão de variáveis; o estudo mostra associação relevante, não prova causalidade

4. RESULTADOS

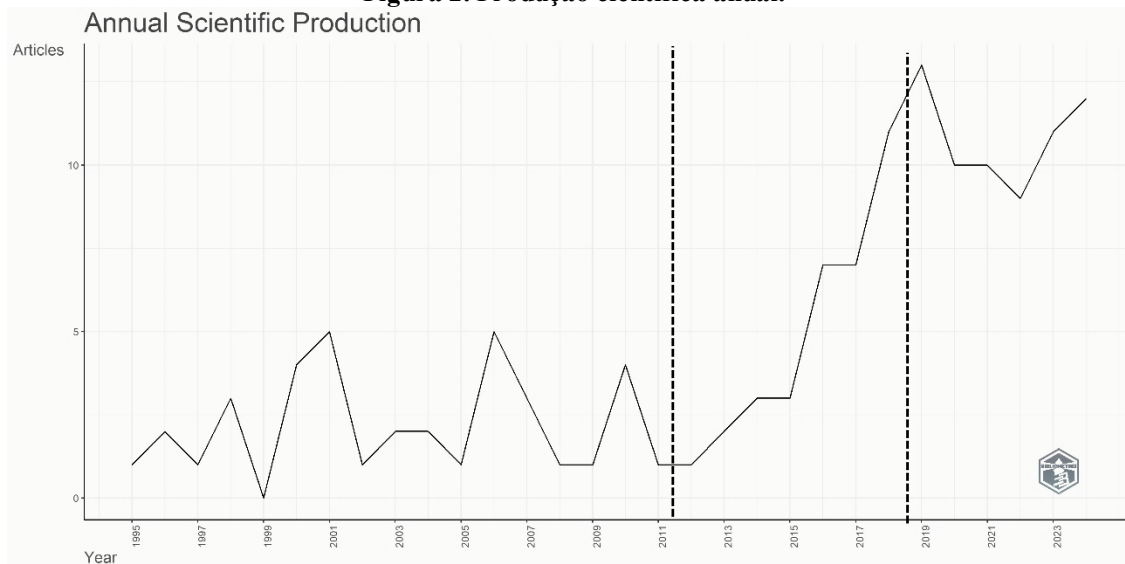
A análise foi realizada em três dimensões, “fonte”, “autor” e “documento”. Considerou-se como métrica para “fonte” e autor” os mais relevantes e mais produtivos e para “documento” os mais citados. As técnicas bibliométricas utilizadas foram a co-citação e a técnica bibliométrica co-palavra, deu-se primazia às palavras-chave de autor. Os resultados de co-ocorrência são representados em forma de cluster por acoplamento. A estrutura concetual da amostra será apresentada com recurso a um diagrama estratégico.

4.1. Produção científica anual

A amostra inclui 136 documentos, verificando-se uma taxa anual de crescimento das publicações de 8,95%.

A Figura 2 apresenta a evolução da produção científica no período da amostra (1995-2024) que podemos agrupar em três períodos. O primeiro período de 1995 a 2011 em que o tema se apresenta numa fase incipiente do interesse da comunidade científica, o segundo período entre 2012 e 2019 demonstra um crescimento significativo, enquanto o terceiro período a partir de 2020 inicia com um ligeiro decréscimo (período COVID), com 2023 a retomar o crescente interesse pelo estudo do impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Figura 2. Produção científica anual.

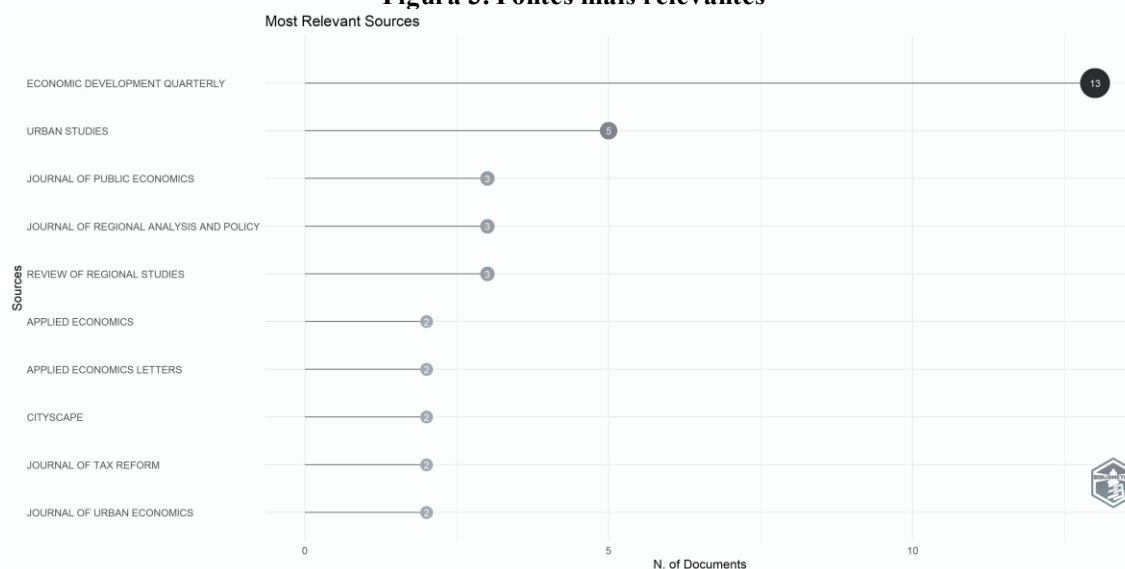


Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.2. Fontes

A amostra inclui 107 fontes, a Figura 3 apresenta as dez fontes mais relevantes. Evidente destaque para a revista “*Economic Development Quarterly*”, publicando cerca de 10% dos estudos que compõe a nossa base de dados.

Figura 3. Fontes mais relevantes



Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

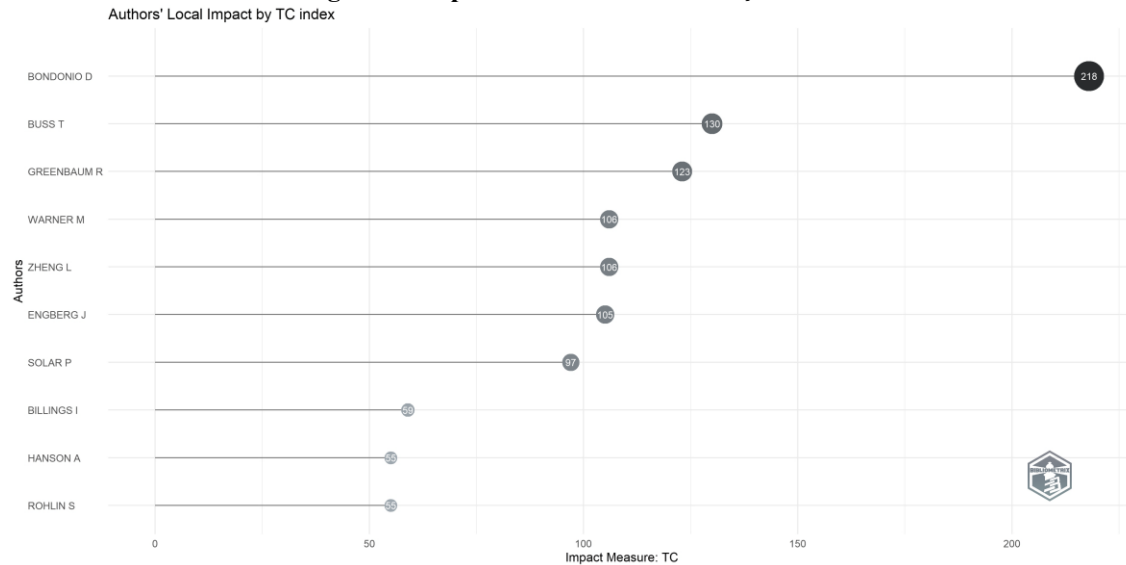
Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

4.3. Autores

A amostra inclui 280 autores, com 90% dos autores a contribuir com apenas um estudo.

A Figura 4 apresenta os dez autores mais relevantes medido pelas citações totais, com claro destaque para Bondonio D..

Figura 4. Impacto dos Autores – Citações Totais

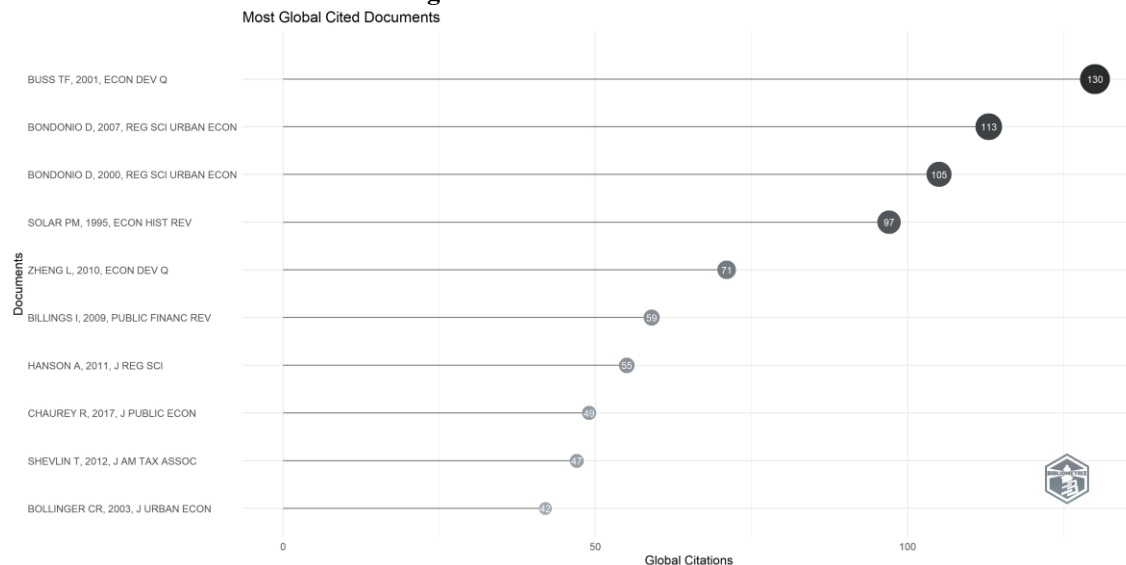


Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.4. Documentos

A média de citações por documento da amostra é de 11,44 citações. Na figura 5 apresentamos os dez estudos com mais citações. Destaque para, Buss (2001), estudo que foi publicado na revista “*Economic Development Quarterly*”, fonte que também se destaca em termos de impacto.

Figura 5. Documentos mais citados



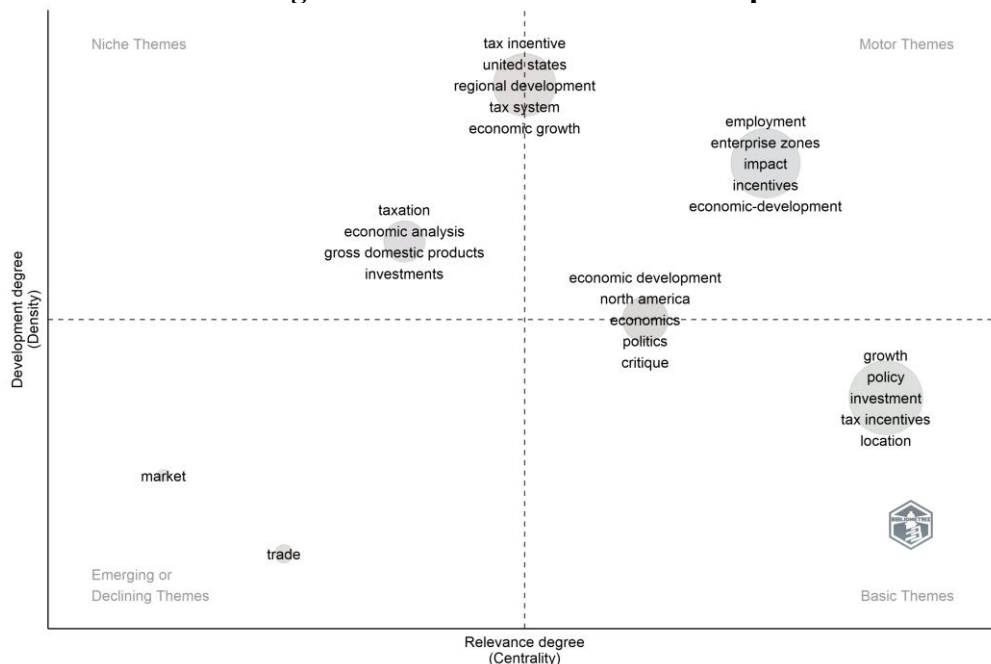
Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.4.1. Palavras-chave

A estrutura conceitual da amostra, baseada nas palavras-chave dos autores, é apresentada na Figura 6. O diagrama estratégico evidência como temas motores, as questões de desenvolvimento

económico relacionadas com políticas de incentivos, com impacto no emprego, destacando-se de entre os diversos instrumentos, as zonas empresariais como meio geograficamente direcionado, para mitigação dos efeitos das assimetrias regionais.

Figura 6. Estrutura concetual – Mapa temático

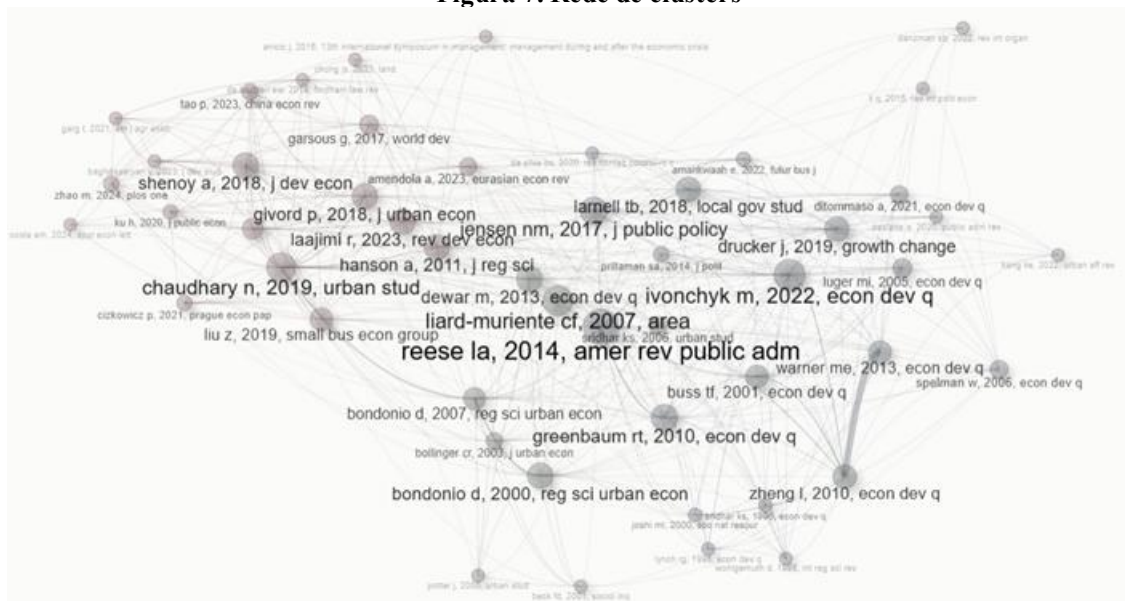


Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.5 Análise de clusters

Realizamos uma análise de clusters, tendo como unidade de análise o documento, cuja relação foi medida por referências, usando as técnicas bibliométricas de co-citação e co-palavras-chave dos autores, que podemos ver na Figura 7.

Figura 7. Rede de clusters



Fonte: Elaboração própria, baseada em (Aria e Cuccurullo, 2017)

A análise bibliométrica combinou quatro clusters, que pretendem caracterizar o conhecimento científico, sobre a forma como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios, que apresentamos a seguir.

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

<i>cluster</i>	n.º de autores	Autor com maior força de ligação
<i>cluster 1</i>	2	Danzman e Slaski (2022); Li (2016)
<i>cluster 2</i>	8	Liard-Muriente (2007)
<i>cluster 3</i>	19	Chaudhary e Potter (2019)
<i>cluster 4</i>	21	Reese (2014)

4.5.1 Cluster 1: Os objetivos dos governos e das empresas condicionam o resultado dos incentivos

Os estudos deste *cluster* focam-se na demonstração de que os efeitos dos incentivos fiscais são condicionados por fatores externos, as empresas podem moldar ou influenciar os incentivos fiscais a seu favor e por outro lado os objetivos de desenvolvimento dos governos podem também afetar a eficácia desses incentivos (Danzman e Slaski, 2022; Li, 2016). Ambas as investigações optaram por uma metodologia de regressões estatísticas. Os autores do *cluster 1*, apresentam apenas ligações com o *cluster 4*, dada a relação temática entre ambos os *clusters*.

4.5.2 Cluster 2: O impacto dos programas de incentivos a zonas empresariais no desenvolvimento dos territórios é inconclusivo

O *cluster 2* foca-se no estudo da eficiência dos incentivos atribuídos a zonas empresariais. Os estudos revelam impactos condicionados e ou limitados, sugerindo que o sucesso do incentivo depende fortemente de circunstâncias locais e da execução da política pública. Os territórios em análise são sobretudo os EUA (Bondonio e Engberg, 2000; Beck, 2001; Bollinger e Ihlanfeldt, 2003; Bondonio e Greenbaum, 2007; Dewar, 2013), porém, outros territórios foram analisados, Potter e Moore (2000) o Reino Unido e Sridhar (2006) a Índia.

Liard-Muriente (2007) apresenta a maior força de ligação neste *cluster*, tendo realizado uma revisão da literatura para apresentar algumas das razões que tornam os resultados da produção científica nos EUA e na UE, inconclusivos. A generalidade dos autores optou pela aplicação de modelos econométricos baseados em regressões e correlações a partir de dados secundários, no caso de Bollinger e Ihlanfeldt (2003) em painel. Potter e Moore (2000) e Beck (2001) optaram pela preparação de dados primários, a partir de inquéritos recolhidos por entrevista.

Nas ligações com os restantes *clusters*, Bondonio e Engberg (2000) apresenta forte ligação ao *cluster 4* e Bondonio e Greenbaum (2007) apresenta a maior força de ligação com o *cluster 3* especificamente com Chaudhary e Potter (2019) e com Reese (2014) no *cluster 4*.

4.5.3 Cluster 3: O impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios é multidimensionalmente condicionado

Os incentivos direcionados a territórios, apresentam resultados contextualmente dependentes, com impactos que variam em função de fatores locais, demográficos e económicos. Neste *cluster* Chaudhary e Potter (2019) é o documento que apresenta maior força de ligação, nomeadamente com os *clusters 2* e *4*, os seus autores realizaram uma revisão de literatura comparando os resultados de programas de incentivos a zonas empresariais nos EUA, Reino Unido e França.

A generalidade dos autores optou por modelos econométricos baseados em regressões e correlações a partir de dados secundários, nos casos de Chaurey (2017), Amendola et al. (2023) e Baghdasaryan e Sarikyan (2024) dados em painel. Laajimi (2024) optou pela preparação de dados primários, a partir de inquéritos. Alguns autores adotaram abordagens espaciais, para evidenciar efeitos de fronteira, baseados em “*difference-in-differences*” e “*difference-in-discontinuities*” (Baghdasaryan e Sarikyan, 2024; Garg e Shenoy, 2021; Garsous et al., 2017; Givord, Quantin e Trevien, 2018; Shenoy, 2018; Tao, Gong e Zhu, 2023).

De acordo com os estudos deste cluster, o impacto dos incentivos não depende da existência do incentivo em si, mas da articulação entre o desenho da política e o contexto político-institucional, económico e territorial onde ela é aplicada. Incentivos sem contexto favorável tendem a ter efeito limitado, ao invés se aplicados em contextos economicamente e territorialmente adequados, tendem a produzir resultados mais consistentes.

Para Givord et al. (2018), De Barbieri (2019), Ciżkowicz et al. (2021) e Baghdasaryan e Sarikyan (2024) o desenho da política, é o fator chave do impacto do incentivo, por sua vez, Hanson e Rohlin (2011), Chaurey (2017), Liu et al. (2019), Ku et al. (2020), Costa et al. (2024), realçam os fatores económicos locais, por fim, Shenoy (2018), Liu et al. (2019), Chung e Yoon (2023) e Baghdasaryan e Sarikyan (2024), destacam o contexto territorial.

Apresentamos no quadro 5 a súmula das contribuições dos autores deste cluster.

Quadro 5 – Resumo das principais dimensões e fatores que condicionam o impacto dos incentivos

Autores	Desenho da política de incentivos	Dimensões e fatores que condicionam o impacto dos incentivos		
		Institucionais	Económicos	Territoriais
Hanson e Rohlin (2011)			setor de atividade, dimensão da empresa, mercado imobiliário e economias de aglomeração	
Aničić, Jelić e Đurović (2016)	apoio financeiro às empresas, investimento em infraestruturas e formação e reconversão profissional	articulação entre política fiscal e políticas económicas e estruturais	qualidade dos bens e serviços públicos, mobilidade dos fatores de produção e concorrência entre jurisdições	
Chaurey (2017)			baixa mobilidade laboral, criação de novas empresas e dimensão das empresas atraídas e equilíbrio do mercado local	
Garsous et al. (2017)		sistemas tributários ineficientes, fraca dotação de bens públicos, instabilidade política e macroeconómica e fragilidade do Estado de Direito	intensidade laboral, efeito dos incentivos sobre o investimento	
Givord, Quantin e Trevien (2018)			caraterísticas das empresas beneficiárias, setor de atividade	relação com o território: quem é beneficiário? empresas ou residentes
Shenoy (2018)	duração e condições de atribuição dimensão e generosidade do incentivo e articulação entre incentivos fiscais e investimento em infraestruturas			existência de locais industriais preparados para receber as empresas
Chaudhary e Potter (2019)		existência de apoios complementares: formação profissional e ao desenvolvimento comunitário	maior ou menor gravidade da situação económica inicial	zona urbana, suburbana ou rural
De Barbieri (2019)	definição de métricas claras de avaliação, previsão de mecanismos de recuperação dos incentivos, processo de atribuição (<i>reverse auction</i>), riscos orçamentais e transparência e escrutínio público	capacidade de os governos influenciarem a decisão de localização das empresas		
Liu, Wu e Wu (2019)			base industrial local, ambiente de mercado e existência de economias de aglomeração	proximidade ao limite territorial da política e efeitos de deslocação espacial
Ku, Schönberg e Schreiner (2020)			mercado de trabalho e políticas de emprego, dimensão das empresas e e efeitos de economias de aglomeração	
Ciżkowicz et al. (2021)	previsibilidade mais valorizada do que a generosidade do incentivo		nível de industrialização local e maior disponibilidade de trabalhadores pouco qualificados	
Garg e Shenoy (2021)			concentração espacial da atividade económica	deslocação espacial
Amendola et al. (2023)	indicador usado para a avaliação do impacto da política		caraterísticas estruturais das empresas e setor de atividade	áreas urbanas ou rurais
Chung e Yoon (2023)		autonomia fiscal/orçamental local	rendimento per capita e preços da habitação	regiões metropolitanas ou não metropolitanas e envelhecimento do parque habitacional
Laajimi (2023)	relevância atribuída aos incentivos fiscais e subsídios		localização e existência de economias de aglomeração	
Tao, Gong e Zhu (2023)		autonomia fiscal/orçamental local	condições económicas iniciais das regiões e mobilidade do capital e das empresas	concorrência fiscal entre governos locais
Baghdasaryan e Sarikyan (2024)	desenho da política articulado com o sistema fiscal	isenções fiscais são incentivos ao sub-relato de receitas ao longo da cadeia de fornecimento	setor de atividade e caraterísticas iniciais das empresas	atratividade e condição socioeconómica dos territórios alvo da política
Costa et al. (2024)			características produtivas e tecnológicas do setor de atividade e intensidade laboral	
Zhao et al. (2024)		natureza estatal ou monopolista das empresas e capacidade de a política gerar inovação	capacidade de alocação de recursos, por região e setor de atividade	

4.5.4 Cluster 4: O impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios apresenta resultados limitados

Zheng e Warner (2010) e Warner e Zheng (2013) são os documentos que apresentam maior força de ligação no *cluster* 4, realizaram estudos sequenciais para analisar o uso de incentivos às empresas pelos governos locais dos EUA. Ainda com uma força de ligação significativa, apresenta-se a revisão de literatura de Buss (2001) cujas conclusões ecoam nos estudos dos diversos autores deste cluster. Reese (2014) destaca-se pela força de ligação estabelecida, nomeadamente com o *cluster* 2.

Em termos metodológicos a generalidade dos autores optou por modelos econométricos estabelecendo regressões e correlações a partir de dados secundários, nos casos de Prillaman e Meier

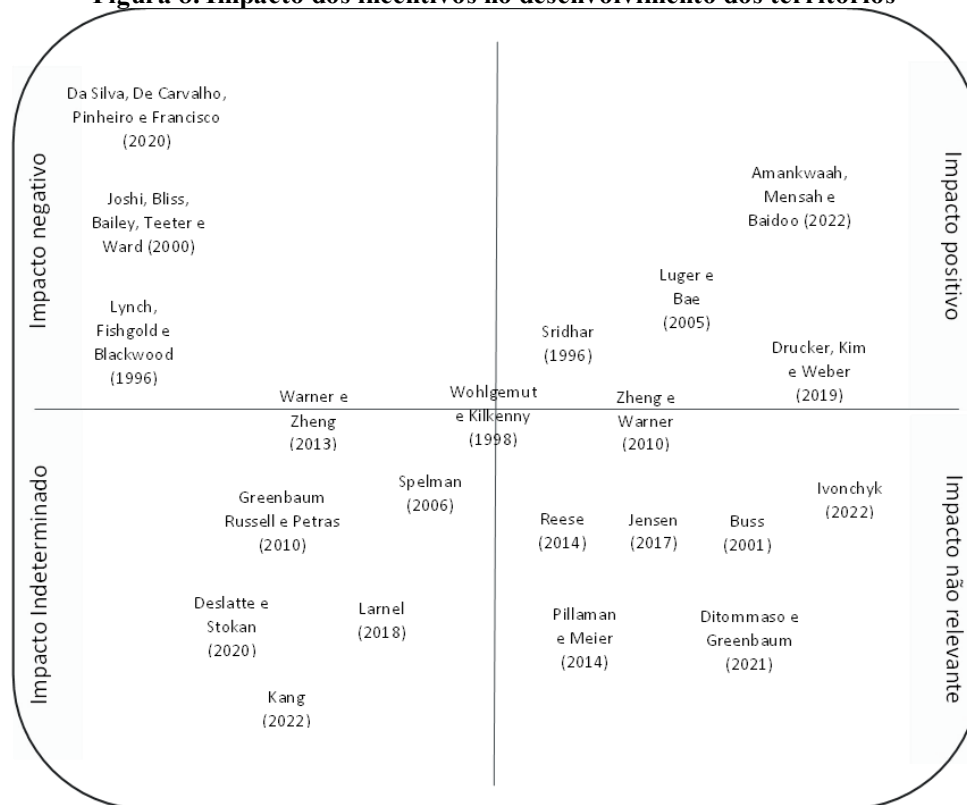
Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

(2014) e Da Silva et al. (2020) dados em painel, outros, optaram por preparar dados primários, obtidos em inquéritos e entrevistas (Deslatte e Stokan, 2020; Jensen, 2017; Joshi et al., 2000; Kang, 2022; Larnell, 2018; Warner e Zheng, 2013; Zheng e Warner, 2010). Sridhar (1996) realizou uma abordagem custo dos incentivos versus benefícios sobre o emprego. Luger e Bae (2005) optou por uma avaliação ao custo dos contribuintes relativamente aos incentivos concedidos. Spelman (2006) efetuou uma abordagem atendendo à teoria da carteira de investimentos, considerando que o incentivo é eficaz se contribuir para uma economia mais diversificada e menos vulnerável.

O *cluster* 4 foi sobretudo influenciado pelos autores do *cluster* 2 que estudaram o impacto das zonas empresariais, e influenciou predominantemente as investigações do *cluster* 3, como podemos ver pelas intensas ligações com a revisão de literatura realizada por Chaudhary e Potter (2019).

A Figura 8 ilustra a conclusão dos estudos incluídos no *cluster* 4, com forte pendor para o efeito limitado dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Figura 8. Impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios



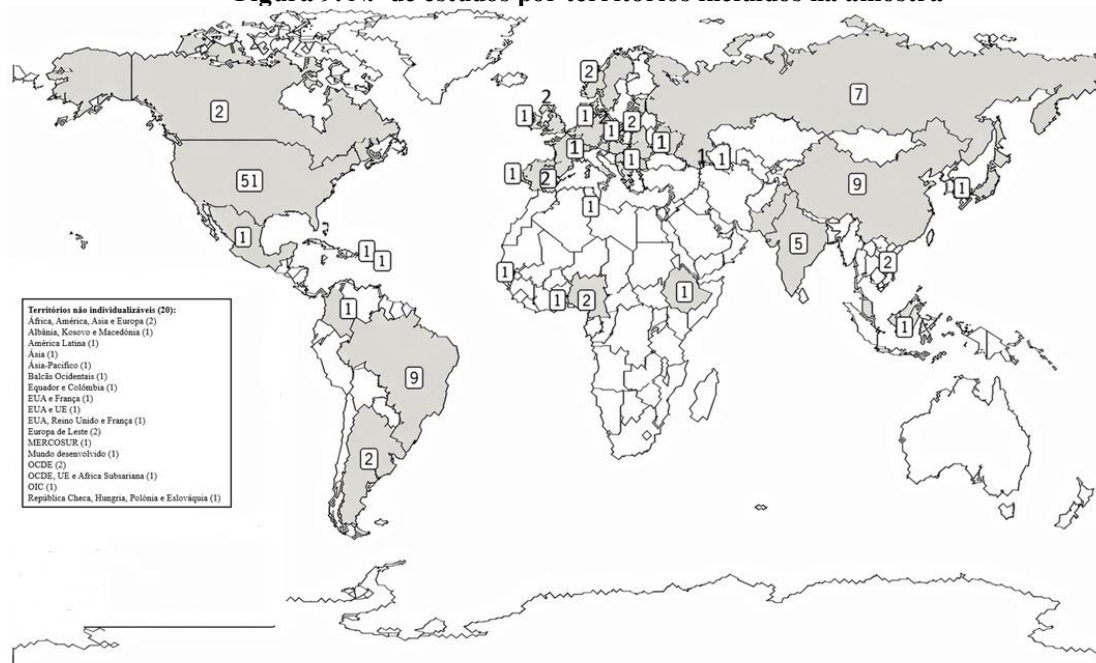
Fonte: Elaboração própria

5. DISCUSSÃO: ABORDAGEM TERRITORIAL E METODOLÓGICA

A amostra incluiu 116 estudos que procuraram investigar a forma como os incentivos promoveram o desenvolvimento em 32 territórios (individualizáveis) enquanto 20 estudos debruçaram-se sobre 17 agregados territoriais.

Como podemos observar na Figura 9, o território mais representado são os EUA (40% da amostra) de destacar ainda o Brasil (7%) e a China (7%), os restantes territórios apresentam-se com um ou dois estudos.

Figura 9. N.º de estudos por territórios incluídos na amostra



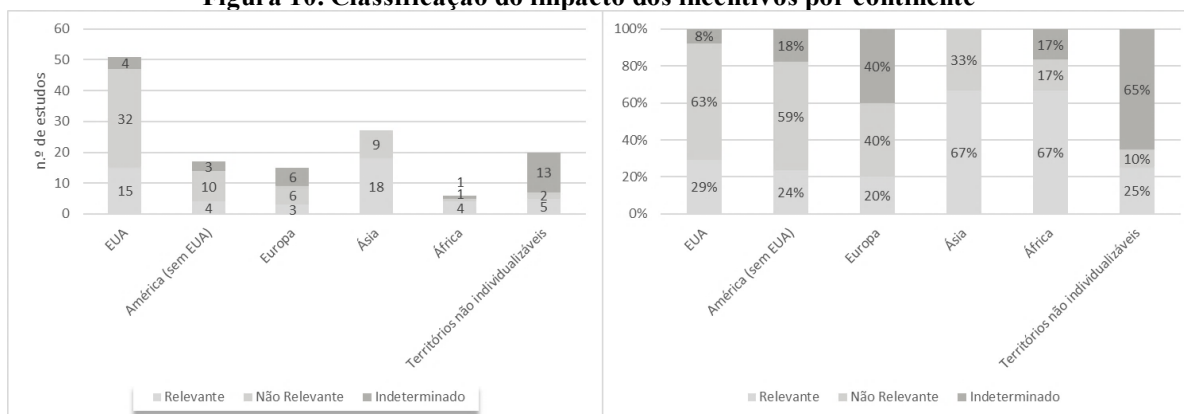
Fonte: Elaboração própria

Atendendo à análise sistemática e bibliométrica realizada, a eficácia dos incentivos reage principalmente a idiossincrasias territoriais e a opções metodológicas dos autores.

Procuramos, assim, discutir a existência de padrões entre territórios-resultados e abordagem metodológica-resultados.

Para verificarmos a possibilidade de definir um padrão na relação território-resultados, preparamos os gráficos que apresentamos na Figura 10, agrupados por 6 grandezas territoriais, representativas dos 136 estudos da amostra, evidenciando a classificação do impacto dos incentivos nos respetivos territórios.

Figura 10. Classificação do impacto dos incentivos por continente



Fonte: Elaboração própria

Para melhor visualização dos resultados reproduzimos na Figura 11 a classificação predominante em cada um dos 26 territórios analisados, excluimos (6) cujo objetivo dos estudos não era avaliar o impacto dos incentivos.

Figura 11. Classificação do impacto dos incentivos nos territórios



Fonte: Elaboração própria

No continente americano a atribuição de incentivos pelos governos apresenta genericamente um impacto não relevante sobre o desenvolvimento, observando-se um impacto positivo nos estudos únicos aplicados a regiões remotas no Canadá e insulares de Porto Rico e República Dominicana. No Brasil ou a Argentina a aplicação de modelos avançados, torna os resultados menos relevantes.

Na Europa assinalam-se resultados tendencialmente não relevantes com algum impacto positivo nas regiões mais remotas da Noruega, de realçar que os estudos do Reino Unido analisam dados com antiguidade considerável (Solar, 1995; Potter e Moore, 2000).

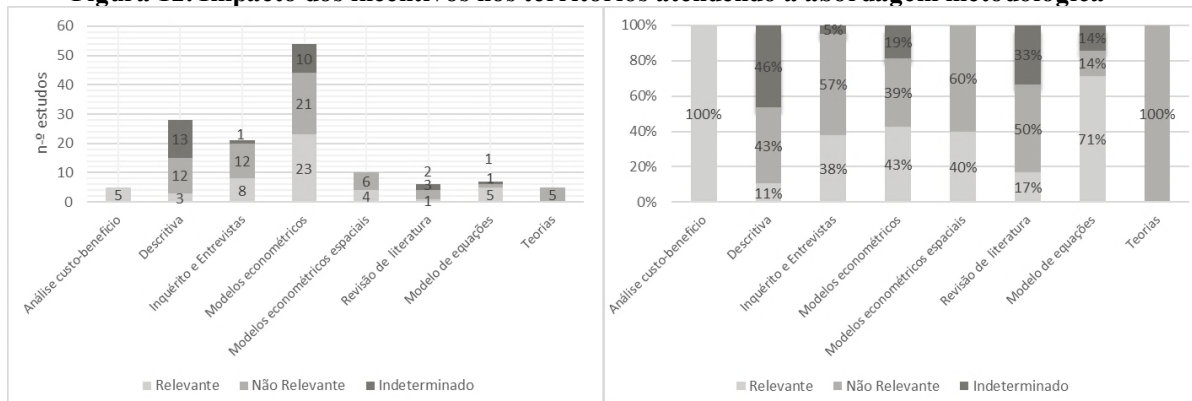
Na Ásia o impacto apesar de tendencialmente relevante apresenta resultados menos otimistas quando testado o efeito de fronteira. Alguns estudos concluem pelo jogo de soma zero no desenvolvimento como um todo do território. No continente africano os estudos demonstram tendencialmente impactos positivos dos incentivos.

Os resultados da amostra confirmam as revisões de literatura realizadas anteriormente, apresentando tendencialmente resultados de impactos não relevantes (Buss, 2001; Malgouyres e Py, 2016; Layser, 2019), ou indeterminados (Liard-Muriente, 2007; Chaudhary e Potter, 2019).

O contexto territorial de implementação da política, predominantemente territórios socioeconomicamente vulneráveis, com significativas assimetrias regionais de desenvolvimento, associado às limitações metodológicas das investigações, dificulta o estabelecimento de conclusões de causalidade do impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Para verificarmos a possibilidade de definir um padrão na relação abordagem metodológica-resultados, preparamos os gráficos que apresentamos na Figura 12, agrupados por 8 tipos de abordagens metodológicas, representativas dos 136 estudos da amostra, evidenciando a classificação do impacto dos incentivos.

Figura 12. Impacto dos incentivos nos territórios atendendo à abordagem metodológica



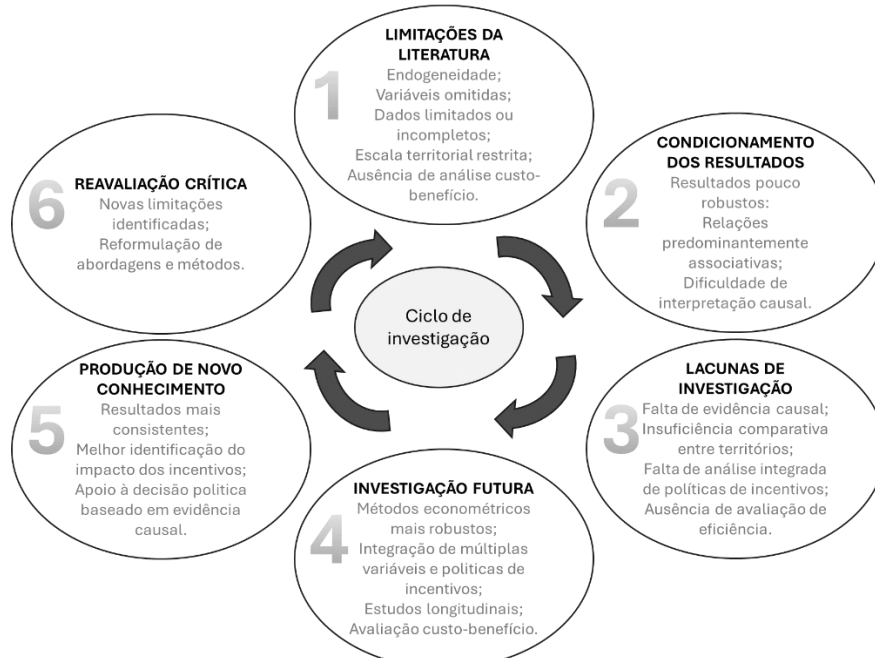
Fonte: Elaboração própria

A análise da distribuição do impacto por metodologia evidencia diferenças estruturais relevantes. As metodologias de natureza descritiva e de revisão de literatura apresentam uma concentração de resultados classificados como indeterminados. Em contraste, abordagens econométricas, revelam uma tendência de resultados positivos (Chaurey, 2017), porém, quando aplicadas metodologias espaciais, o impacto parece ser um jogo de soma zero no desenvolvimento (Shenoy, 2018). Metodologias baseadas em percepções, como inquéritos e entrevistas (Jensen, 2017)) apresentam tendencialmente uma imagem dos incentivos como não relevantes, o que pode indiciar sensibilidade ao contexto e variabilidade dos dados recolhidos ou uma orientação mais exploratória.

O risco de endogeneidade provocado pela seleção territorial não aleatória e a omissão de variáveis, não permite isolar o efeito do incentivo, dificultando uma resposta de causalidade entre incentivos e desenvolvimento dos territórios.

Apresentamos na Figura 13 o mapa concetual da nossa investigação.

Figura 13. Mapa concetual da investigação



Fonte: Elaboração própria

6. CONCLUSÕES

O nosso estudo contribuiu para mapear o conhecimento científico publicado entre 1995 e 2024, a partir de uma amostra de 136 estudos, relacionados com a forma como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios.

Os governos, generalizadamente, usam consistentemente políticas de incentivos para atingir objetivos de desenvolvimento, ainda que os resultados das investigações demonstrem uma eficácia limitada face aos condicionamentos identificados. O que pode ser justificado por duas razões: por um lado, a execução das políticas de incentivos determina a sua eficácia, quer por via da atuação dos governos, quer pelos interesses dos agentes locais, por outro lado, o impacto dos incentivos é condicionado pelo contexto territorial heterogéneo. Paralelamente, a produção científica, deve ser analisada, considerando as opções metodológicas dos investigadores, observadas as limitações identificadas. Genericamente, estudos quantitativos indicam resultados mais otimistas, porém quando aplicados modelos espaciais, apresenta-se um cenário de jogo de soma zero no desenvolvimento dos territórios, estudos qualitativos revelam percepções mais céticas dos agentes na relação entre incentivos e desenvolvimento.

As principais implicações teóricas do nosso estudo resultam da identificação das lacunas de investigação evidenciadas pelas revisões de literatura prévias, que se limitavam às zonas empresariais e a variáveis muito específicas do crescimento económico, ampliando o âmbito da análise, para responder à questão de investigação: Como os incentivos dos governos promovem o

desenvolvimento dos territórios? Os resultados do nosso estudo fornecem informações cruciais, podendo assim ser usado como recurso e/ou ponto de partida para estudos futuros.

No que respeita às implicações práticas da nossa investigação, a revisão sistemática e bibliométrica da literatura, demonstra que o uso de incentivos enfrenta condicionamentos variados e apresentam impactos limitados no desenvolvimento, o que não inibe os governos de continuar a usar os incentivos como instrumento de política de desenvolvimento. Assim esta investigação proporciona conhecimento atualizado e ampliado, com impacto na decisão dos governantes, que pode ser utilizado pelos decisores públicos na formulação de estratégias de desenvolvimento (política de coesão) dos territórios. A investigação realizada permite-nos, considerar como fator chave para a eficácia dos incentivos, a existência de um observatório, que realize um estudo prévio de custo-benefício, acompanhe a execução da política pública e apresente os resultados da vigência do incentivo.

6.1. Limitações e Propostas de Investigação Futura

No que respeita às limitações deste estudo, deveremos atender ao facto de terem sido realizadas opções que podem influir nos resultados apresentados, nomeadamente, a escolha das palavras-chave, das bases de dados, da aplicação de filtros, da ferramenta informática adotada. A opção pela realização de uma revisão sistemática e bibliométrica de literatura, apresenta por si, a limitação da necessidade de atualizações periódicas.

Atendendo às limitações identificadas na revisão sistemática da literatura, propomos para investigação futura duas linhas de produção científica, que mitiguem os efeitos de endogeneidade verificados e permita a avaliação da eficiência da política, relacionando o custo-benefício e proporcionando apoio à decisão dos governos.

A generalidade dos estudos realizados revela problemas de seleção territorial, bem como omissão de variáveis, pelo que se identifica uma lacuna de investigação relevante permitindo isolar o efeito do incentivo no desenvolvimento dos territórios e eliminar o risco de endogeneidade identificado na literatura. Eventual modelo de investigação pode basear-se na teoria neoclássica do investimento, que prevê um fluxo de desenvolvimento na sequência da atribuição de incentivos pelos governos (Chung e Yoon, 2023; Amankwaah, Mensah e Baidoo, 2022; Das Neves e Silva, 2021; Reese, 2014) permitindo sustentar inferências causais sólidas entre incentivos e desenvolvimento e não apenas associações relevantes.

A nossa investigação evidenciou que genericamente os estudos relativos a incentivos “*place-based*” não tiveram em conta os efeitos de fronteira, pelo que é uma lacuna para suprir em investigações futuras, assim, propomos a realização de estudos empíricos que avaliem a eficácia dos incentivos, testando o efeito da simples transferência de estabelecimentos, demonstrando a lógica básica de um jogo de soma zero no desenvolvimento dos territórios (Lee e Butler, 2022; Shenoy, 2018; Hanson e Rohlin, 2011; Billings, 2009) eliminando os riscos de endogeneidade espacial identificados na literatura, pois o emprego pode deslocar-se de áreas próximas para o território alvo do incentivo sem que exista criação líquida de atividade.

REFERÊNCIAS

- Amankwaah, E., Mensah, N., & Baidoo, N. (2022). The impact of location tax incentives on the growth of rural economy: evidence from Ghana. *Future Business Journal*, 8(1), 54. <https://doi.org/10.1186/s43093-022-00163-3>
- Amendola, A., Boccia, M., Mele, G., & Sensini, L. (2023). Do fiscal policies affect the firms' growth and performance? Urban versus rural area. *Eurasian Economic Review*, 13(1), 1–33. <https://doi.org/10.1007/s40822-022-00223-7>
- Aničić, J., Jelić, M., & Đurović, J. (2016). Local Tax Policy in the Function of Development of Municipalities in Serbia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 221, 262–269. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.114>
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>

- Baghdasaryan, V., & Sarikyan, A. (2024). Location-Based Tax Incentives for Non-Farm Rural Enterprises in Armenia. *The Journal of Development Studies*, 60(4), 553–573. <https://doi.org/10.1080/00220388.2023.2286894>
- Barbosa, M. (2024). Government Support Mechanisms for Sustainable Agriculture: A Systematic Literature Review and Future Research Agenda. *Sustainability*, 16(5), 2185. <https://doi.org/10.3390/su16052185>
- Beck, F. (2001). Do State-Designated Enterprise Zones Promote Economic Growth? *Sociological Inquiry*, 71(4), 508–532. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2001.tb01130.x>
- Billings, S. (2009). Do Enterprise Zones Work? *Public Finance Review*, 37(1), 68–93. <https://doi.org/10.1177/1091142108321238>
- Bollinger, C., & Ihlanfeldt, K. (2003). The intraurban spatial distribution of employment: which government interventions make a difference? *Journal of Urban Economics*, 53(3), 396–412. [https://doi.org/10.1016/S0094-1190\(03\)00007-X](https://doi.org/10.1016/S0094-1190(03)00007-X)
- Bondonio, D., & Engberg, J. (2000). Enterprise zones and local employment: evidence from the states' programs. *Regional Science and Urban Economics*, 30(5), 519–549. [https://doi.org/10.1016/S0166-0462\(00\)00042-9](https://doi.org/10.1016/S0166-0462(00)00042-9)
- Bondonio, D., & Greenbaum, R. (2007). Do local tax incentives affect economic growth? What mean impacts miss in the analysis of enterprise zone policies. *Regional Science and Urban Economics*, 37(1), 121–136. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2006.08.002>
- Brady, D., Jones, A., & Watson, E. (2018). Producing drama: a comparison of film tax incentives to alternative uses. *Applied Economics Letters*, 25(17), 1189–1192. <https://doi.org/10.1080/13504851.2017.1406652>
- Buss, T. (2001). The Effect of State Tax Incentives on Economic Growth and Firm Location Decisions: An Overview of the Literature. *Economic Development Quarterly*, 15(1), 90–105. <https://doi.org/10.1177/089124240101500108>
- Chaudhary, N., & Potter, J. (2019). Evaluation of the local employment impacts of enterprise zones: A critique. *Urban Studies*, 56(10), 2112–2159. <https://doi.org/10.1177/0042098018787738>
- Chaurey, R. (2017). Location-based tax incentives: Evidence from India. *Journal of Public Economics*, 156, 101–120. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2016.08.013>
- Chung, J., & Yoon, S. (2023). Effects of Tax Incentive Policies for Land Use on Local Socioeconomic Conditions: A Case of Tax Policies for Urban Regeneration Projects in Republic of Korea. *Land*, 12(9), 1801. <https://doi.org/10.3390/land12091801>
- Ciżkowicz, P., Ciżkowicz-Pękała, M., Pękała, P., & Rzońca, A. (2021). Why do Some Special Economic Zones Attract More Firms than Others? Panel Data Analysis of Polish Special Economic Zones. *Prague Economic Papers*, 30(1), 61–89. <https://doi.org/10.18267/j.pep.763>
- Costa, E., Carneiro, D., Irffi, G., Veloso, P., Braz, M., Dias, T., & Andrade, V. (2024). Effects of SUDENE's tax incentives on job creation in the Northeast region of Brazil. *Applied Economics Letters*, 1–6. <https://doi.org/10.1080/13504851.2024.2402927>
- Da Silva, B., De Carvalho, O., Pinheiro, L., & Francisco, J. (2020). Efeito dos Incentivos Fiscais na Geração e Distribuição de Riqueza das Companhias De Capital Aberto Brasileiras. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 12(1). <https://doi.org/10.5380/rcc.v12i1.73754>
- Danzman, S., & Slaski, A. (2022). Incentivizing embedded investment: Evidence from patterns of foreign direct investment in Latin America. *The Review of International Organizations*, 17(1), 63–87. <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09418-0>
- Das Neves, C., & Silva, S. (2021). Avaliação de Políticas Públicas. *Revista de Estudos Empíricos Em Direito*, 8, 1–51. <https://doi.org/10.19092/reed.v8i.506>
- De Barbieri, E. (2019). *Lawmakers as Job Buyers*. *Fordham Law Review*, 88(1), 15–61. <https://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol88/iss1/2>
- Deslatte, A., & Stokan, E. (2020). Sustainability Synergies or Silos? The Opportunity Costs of Local Government Organizational Capabilities. *Public Administration Review*, 80(6), 1024–1034. <https://doi.org/10.1111/puar.13237>
- Dewar, M. (2013). Paying Employers to Hire Local Workers in Distressed Places. *Economic Development Quarterly*, 27(4), 284–300. <https://doi.org/10.1177/0891242413494767>
- DiTommaso, A., & Greenbaum, R. (2021). An Examination of the Relationship Between Local Tax Incentives and Diversification of the Local Economic Base. *Economic Development Quarterly*, 35(2), 108–124. <https://doi.org/10.1177/0891242421998443>

Drucker, J., Kim, G., & Weber, R. (2019). Did incentives help municipalities recover from the Great Recession? Evidence from Midwestern cities. *Growth and Change*, 50(3), 894–925. <https://doi.org/10.1111/grow.12318>

Esquerdo, P., & Giuberti, A. (2019). Fiscal benefits of industrial icms and new economic geography a study about economic growth of Brazil. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 55, 79–94.

Garg, T., & Shenoy, A. (2021). The Ecological Impact of Place-Based Economic Policies. *American Journal of Agricultural Economics*, 103(4), 1239–1250. <https://doi.org/10.1111/ajae.12193>

Garsous, G., Corderi, D., Velasco, M., & Colombo, A. (2017). Tax Incentives and Job Creation in the Tourism Sector of Brazil's SUDENE Area. *World Development*, 96, 87–101. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.02.034>

Givord, P., Quantin, S., & Trevien, C. (2018). A long-term evaluation of the first generation of French urban enterprise zones. *Journal of Urban Economics*, 105, 149–161. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2017.09.004>

Greenbaum, R., Russell, B., & Petras, T. (2010). Measuring the Distribution of Economic Development Tax Incentive Intensity. *Economic Development Quarterly*, 24(2), 154–168. <https://doi.org/10.1177/0891242409358323>

Hanson, A., & Rohlin, S. (2011). Do location-based tax incentives attract new business establishments? *Journal of Regional Science*, 51(3), 427–449. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2010.00704.x>

Hefner, F., Crotts, J., & Flowers, J. (2001). The Cost—Benefit Model as Applied to Tourism Development in the State of South Carolina, USA. *Tourism Economics*, 7(2), 163–175. <https://doi.org/10.5367/000000001101297793>

Ivonchik, M. (2022). Local Economic Development Policies and Business Activity: Dynamic Panel Data Analysis of All County Governments in the State of Georgia. *Economic Development Quarterly*, 36(2), 92–107. <https://doi.org/10.1177/08912424221085934>

Jensen, N. (2017). Job creation and firm-specific location incentives. *Journal of Public Policy*, 37(1), 85–112. <https://doi.org/10.1017/S0143814X16000039>

Joshi, M., Bliss, J., Bailey, C., Teeter, L., & Ward, K. (2000). Investing in Industry, Underinvesting in Human Capital: Forest-Based Rural Development in Alabama. *Society e Natural Resources*, 13(4), 291–319. <https://doi.org/10.1080/089419200278983>

Kang, K. (2022). Local-Level Economic Development Conflicts: Factors that Influence Interactions with Private Land Developers. *Urban Affairs Review*, 58(3), 706–731. <https://doi.org/10.1177/1078087421991240>

Ku, H., Schönberg, U., & Schreiner, R. (2020). Do place-based tax incentives create jobs? *Journal of Public Economics*, 191, 104105. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2019.104105>

Laajimi, R. (2024). Spatial tax regimes and location choices of manufacturing firms: Survey evidence in southern Tunisia. *Review of Development Economics*, 28(3), 803–826. <https://doi.org/10.1111/rode.13083>

Larnell, T. (2018). Does it matter ‘who governs?’ Governance networks, local economic development policies, and the Great Recession. *Local Government Studies*, 44(5), 624–648. <https://doi.org/10.1080/03003930.2018.1488687>

Layser, M. (2019). The pro-gentrification origins of place-based investment tax incentives and a path toward community-oriented reform. *Wisconsin law review*, 745–817. <https://perma.cc/M2PC-QZN7>

Lee, H., & Butler, J. (2022). The effects of state and local tax-based incentives on U.S. labor markets, 1990–2015: Boon or Boondoggle? *Journal of Policy Studies*, 37(4), 39–55. <https://doi.org/10.52372/jps37403>

Li, Q. (2016). Fiscal decentralization and tax incentives in the developing world. *Review of International Political Economy*, 23(2), 232–260. <https://doi.org/10.1080/09692290.2015.1086401>

Liard-Muriente, C. (2007). US and EU experiences of tax incentives. *Area*, 39(2), 186–194. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2007.00740.x>

Liu, Y., Tai, H., & Yang, C. (2020). Fiscal incentives and local tax competition: Evidence from China. *The World Economy*, 43(12), 3340–3356. <https://doi.org/10.1111/twec.12959>

- Luger, M., & Bae, S. (2005). The Effectiveness of State Business Tax Incentive Programs: The Case of North Carolina. *Economic Development Quarterly*, 19(4), 327–345. <https://doi.org/10.1177/0891242405279684>
- Lynch, R., Fishgold, G., & Blackwood, D. (1996). The Effectiveness of Firm-Specific State Tax Incentives in Promoting Economic Development: Evidence from New York State's Industrial Development Agencies. *Economic Development Quarterly*, 10(1), 57–68. <https://doi.org/10.1177/089124249601000108>
- Malgouyres, C., & Py, L. (2016). Les dispositifs d'exonérations géographiquement ciblées bénéficient-ils aux résidents de ces zones? *Revue Économique*, Vol. 67(3), 581–614. <https://doi.org/10.3917/reco.673.0581>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. In *BMJ (Online)* 339(7716), 332–336. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2535>
- Potter, J., & Moore, B. (2000). UK Enterprise Zones and the Attraction of Inward Investment. *Urban Studies*, 37(8), 1279–1311. <https://doi.org/10.1080/00420980020080141>
- Prillaman, S., & Meier, K. (2014). Taxes, Incentives, and Economic Growth: Assessing the Impact of Pro-business Taxes on U.S. State Economies. *The Journal of Politics*, 76(2), 364–379. <https://doi.org/10.1017/S0022381613001345>
- Reese, L. (2014). If All You Have Is A Hammer. *The American Review of Public Administration*, 44(6), 627–655. <https://doi.org/10.1177/0275074013483166>
- Reese, L., & Sands, G. (2006). The Equity Impacts of Municipal Tax Incentives: Leveling or Tilting the Playing Field? *Review of Policy Research*, 23(1), 71–94. <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.2006.00186.x>
- Shenoy, A. (2018). Regional development through place-based policies: Evidence from a spatial discontinuity. *Journal of Development Economics*, 130, 173–189. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2017.10.001>
- Solar, P. (1995). Poor relief and English economic development before the industrial revolution. In *Economic History Review*, 48(1), 1–22. <http://links.jstor.org/sici?sici=0013-0117%28199502%292%3A48%3A1%3C1%3APRAEED%3E2.0.CO%3B2-8>
- Spelman, W. (2006). Growth, stability, and the urban portfolio. *Economic Development Quarterly*, 20(4), 299–316. <https://doi.org/10.1177/0891242406291491>
- Sridhar, K. (1996). Tax Costs and Employment Benefits of Enterprise Zones. *Economic Development Quarterly*, 10(1), 69–90. <https://doi.org/10.1177/089124249601000109>
- Sridhar, K. S. (2006). Local Employment Impact of Growth Centres: Evidence from India. *Urban Studies*, 43(12), 2205–2235. <https://doi.org/10.1080/00420980600990480>
- Tao, P., Gong, F., & Zhu, K. (2023). Tax competition among local governments: Evidence from the spillovers of location-based tax incentives in China. *China Economic Review*, 82, 102077. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2023.102077>
- Warner, M., & Zheng, L. (2013). Business Incentive Adoption in the Recession. *Economic Development Quarterly*, 27(2), 90–101. <https://doi.org/10.1177/0891242413479140>
- Wohlgemuth, D., & Kilkenny, M. (1998). Firm Relocation Threats and Copycat Costs. *International Regional Science Review*, 21(2), 139–162. <https://doi.org/10.1177/016001769802100203>
- Zhao, M., Xiao, X., Yang, J., & Chen, H. (2024). Do regional tax incentive policies improve productivity? *Plos One*, 19(8). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0307561>
- Zheng, L., & Warner, M. (2010). Business Incentive Use Among U.S. Local Governments: A Story of Accountability and Policy Learning. *Economic Development Quarterly*, 24(4), 325–336. <https://doi.org/10.1177/0891242410376237>